ARQUITETO E URBANISTA-Nível E - Conhecimentos Específicos

Questão 22

O texto do recorrente aciona legislação federal referente ao parcelamento do solo urbano e a registro público imobiliário para uma questão, pontual, sobre índices urbanísticos quantitativos (a restrição urbanística da ocupação através do parâmetro taxa ou seção de ocupação transversal de lote). A questão não se refere à política urbana em geral, mas a um parâmetro técnico específico. Obviamente, por razões constitucionais, a competência de definição dos índices urbanísticos é municipal; não se questiona esse fator no enunciado ou nas alternativas. A definição do parâmetro, "[...] A seção de ocupação transversal é máxima e incide sobre a largura média do lote e o percentual ocupado pela edificação em sua seção transversal", é coerente. A alternativa D confunde recuo e afastamento, na terminologia técnica, em língua portuguesa, porque tais parâmetros se referem a deslocamentos da edificação em relação ao limite de lote: longitudinal e transversalmente, respectivamente – a escrita da alternativa está invertida e, portanto, errada, pois o arquiteto e urbanista deve ser capaz de facilmente identificar pelo nome e graficamente os parâmetros urbanísticos, de modo a ser capaz de fazer regulação urbanística na prática. Para dúvidas, consultar SOUZA, Marcelo José Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001; GUIMARÃES, Pedro Paulino. Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: ProLivros, 2004; BELÉM, Prefeitura Municipal. Plano Diretor do Município de Belém. Belém: SEURB, 2008 < www.belem.pa.gov.br/planodiretor>. Indefiro os recursos.

- Recurso IMPROCEDENTE.

Questão 24

A questão não trabalha com nenhum indicador ou conceito de planejamento de tráfego ou de sistema de transporte público urbano; trata-se de questão sobre projeto urbanístico de sistema viário, item explicitamente relatado no conteúdo programático do Urbanismo. O arquiteto e urbanista deve ser capaz de projetar faixas de rolamento, estacionamento, passeios e seu funcionamento, do ponto de vista do Urbanismo, dentro de sua competência profissional. É dessa interface que trata a questão, portanto. Para dúvidas, consultar FERRAZ, Antonio Clovis Pinto; TORRES, Guillermo Espinosa. **Transporte público urbano.** São Carlos: RiMa, 2005; PRINZ, Dieter. **O Urbanismo.** Lisboa: Editorial Perspectiva, 1985. 2 v. **Indefiro o recurso.**

- Recurso IMPROCEDENTE.

Questão 25

Os concursos públicos no Brasil não têm apresentado bibliografia específica para realização de provas, por razões de avaliação do perfil do profissional, de sua formação acadêmica e experiência técnicas capazes de, em uma resolução de prova, operar conceitos e técnicas para resolver intelectualmente problemas profissionais. Assim, a não remissão específica ao *Manual de Arborização Urbana de Belém*, de 2013, faz parte do padrão dos concursos públicos atualmente existentes – com a exceção de concursos para a carreira docente, o que não é o caso.

Para o exercício do cargo de Arquiteto e Urbanista dentro do *campus* da Universidade Federal Rural da Amazônia, considera-se que algum domínio das técnicas e metodologias de Paisagismo seja relevante.

O referido *Manual*, editado há três anos e absolutamente gratuito, é leitura obrigatória para arquitetos, urbanistas e paisagistas localmente. Determinará, em parte, soluções na cidade de Belém e influencia, como literatura, especificações da área em outras localidades do Estado, de clima e condições ambientais semelhantes.

A situação da Mangueira (Mangifera indica) é polêmica no campo do Paisagismo, mas seus questionamentos são amplamente conhecidos no meio profissional; pede-se que o profissional da área, contemporaneamente, saiba relativizar a antiga "proibição" de implantação das mangueiras em contexto como o de Belém, não considerando a arborização urbana e a vegetação urbana (como se entende hoje, de modo integrado ambientalmente com características como a pluviometria, a temperatura e o tipo de solo) de modo isolado, estanque. A consulta à alternativa

correta aponta, com singeleza, condições mínimas e toleráveis de implantação da espécie em ambiente urbano, aspecto que o referido *Manual* detalha, especificando vantagens e desvantagens e, dentre as vantagens, a forte presença cultural da mangueira na paisagem urbana de Belém e mesmo de outras cidades da região, como Soure ou Santa Izabel do Pará, mesmo considerando a espécie como exótica. Desse modo, conhecer meandros sobre a espécie de arborização urbana mais popular da realidade local revela-se como conteúdo relevante para a seleção de arquiteto, urbanista e paisagista. **Indefiro o recurso.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.

Questão 28

Belém possui um Manual de Arborização Urbana, publicado e gratuitamente disponível na internet desde 2013. Nesse manual, bem como em parte significativa da literatura sobre paisagismo urbano, recomenda-se área em torno de 1,00 m² (1,00 m x 1,00 m) para plantio de árvore em ambiente urbano, notoriamente mais estressante. As dimensões .80 m x .80 m são também toleradas excepcionalmente; o parâmetro 3 x ou 4 x proporcional ao diâmetro do tronco também é recomendado como critério adicional – válido para relativizar canteiro de 1 m² para espécies de grande porte, por exemplo. Ver MASCARÓ, Lúcia. **Vegetação urbana.** Porto Alegre: Masquatro, 2005; BELÉM, Prefeitura Municipal; SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente). **Manual de orientação técnica da arborização urbana de Belém.** 108 f. Belém: SEMMA-PMB, 2013. http://ww3.belem.pa.gov.br/www/wp-content/uploads/Manual-de-Arboriza%C3%A7%C3%A3o-de-Bel%C3%A9m.pdf. **Indefiro o recurso.**

- Recurso IMPROCEDENTE.

Questão 34

Resposta ao recurso: As alegações que relacionam relatos orais a "ações baseadas em hipóteses e conjecturas" como justificativa para tornar errônea a alternativa A não se sustentam. As afirmações de que haveria vícios nos relatos orais foge da metodologia de pesquisa histórica contemporânea, que utiliza documentos de várias naturezas para embasar as intervenções, inclusive relatos. Além disso, a alternativa B, sugerida como correta, é incorreta, uma vez que a composição arquitetônica é parte componente do projeto, podendo ser integrada a valores estéticos, não necessariamente na inserção de volumes ou formas, mas a indicação de concepção formal para detalhes de materiais a serem utilizados na recomposição de detalhes construtivos e das respectivas técnicas construtivas. **Desta forma rejeita-se o recurso.**

- Recurso IMPROCEDENTE.

Questão 41

Resposta ao recurso: A velocidade de correntes de ar, de vento, no Norte do Brasil é proporcionalmente menor do que em outras regiões do país. Desse modo, se tomarmos a relação entre vegetação e ventilação urbana como um parâmetro, identificamos que a vegetação não costuma ter efeito de aceleração das correntes de ar, salvo em escala mais ampliada, quando se trata de diferentes zonas de pressão, por exemplo, entre uma área bosqueada e uma área árida, não arborizada e de alta impermeabilização, com certo nível de rugosidade, vizinha.

A questão, conforme enunciado, era sobre a relação entre projeto de edificações e a dimensão urbanística do conforto ambiental. A alternativa correta, letra A, recomenda o espaçamento entre massas edificadas, na escala do edifício e urbana, de modo a garantir a adequada e necessária permeabilidade aos fluxos de vento. Em face do exposto anteriormente, sobre os efeitos entre vegetação e ventilação na cidade, sobretudo em contexto local, e em face do enunciado da questão e dos textos das alternativas, sustentamos a alternativa A como correta. Ver ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Arquitetura bioclimática do espaço público.** Brasília: Ed. UnB, 2006. **Indefiro o recurso.**

- Recurso IMPROCEDENTE.

Questão 44

Resposta ao recurso: Não é possível considerar a letra D correta porque a alternativa III não está correta, uma vez que os assentos devem apresentar pouca ou nenhuma conformação em sua base, de modo a adequar-se às condições ergonômicas mais adequadas, permanecendo a letra B como alternativa correta. **Recurso indeferido.**

- Recurso **IMPROCEDENTE**.